



## A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: UM MANIFESTO DECOLONIAL

Ricardo Bruno Boff<sup>1</sup>

**Resumo:** O desenvolvimento se tornou um objetivo paradigmático das nações latino-americanas no pós-Segunda Guerra Mundial, tanto nos projetos nacionais como de integração regional. Esse paradigma insere-se em uma longa trajetória na qual a região constrói-se à imagem da modernidade europeia. Embora a colonização tenha chegado ao fim ainda no século XIX, ideias como civilização, progresso e desenvolvimento têm sido utilizadas para hierarquizar países e regiões e legitimar relações de poder, representando a prática da colonialidade do poder. No entanto, mudanças contra-hegemônicas vêm ocorrendo no nível sistêmico, nas quais se inserem movimentos sociais que exigem que vozes historicamente caladas sejam ouvidas. Isso vem gerando fraturas na modernidade eurocêntrica, o que representa a ascensão de práticas decoloniais que podem colocar em xeque essa matriz do saber, bem como a ideia de desenvolvimento que lhe é peculiar.

Palavras chave: desenvolvimento, colonialidade do poder, América Latina, integração regional.

**Abstract:** The idea of development became an paradigmatic objective of Latin-American nations after the Second World War, both in the national projects as in the regional integration. This paradigm is inserted in a long trajectory in which the region has been built according to the image of the European modernity. Although colonization has finished still in the 19<sup>th</sup> century, ideas like civilization, progress and development have been utilized for building a hierarchy between countries and regions and legitimize relations of power, representing the practice of the Coloniality of power. However, counter-hegemonic changes have been happening in the systemic level, in which are inserted social movements demanding that voices historically kept on silence start to be heard. This fact has been generating fractures in the Eurocentric modernity, what represents the ascension of decolonial practices that can challenge this power matrix, as well as its peculiar idea of development.

Key words: development, Coloniality of power, Latin America, regional integration.

---

<sup>1</sup> Mestrando no programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina.



## INTRODUÇÃO

Há indícios de que a modernidade eurocêntrica, construída sob os pilares do racionalismo e da crença quase religiosa na capacidade da ciência, está passando por uma crise que aponta para profundadas transformações. Como consequência dessas mudanças, a ideia de desenvolvimento, do modo como é conhecida hoje, deve ser cada vez mais questionada. Sua relação problemática com a natureza, bem como sua incapacidade de responder ao problema das diferenças sociais entre países, regiões e pessoas, são alguns dos motivos pelos quais, segundo Boaventura de Souza Santos:

A falência da miragem do desenvolvimento é cada vez mais evidente e, em vez de buscarmos novos modelos de desenvolvimento alternativos, talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento. (SANTOS, B., 2009, p. 28).

Partindo dessa tese de Boaventura, na qual as ciências sociais passam por uma crise de paradigmas, este artigo possui dois objetivos principais. Primeiro, estudar a ideia de desenvolvimento que tem prevalecido na América Latina sob a ótica da colonialidade do poder. Segundo, observar o processo de mudança sistêmica, no qual se inserem movimentos sociais da região, que configuram práticas decoloniais e fazem com que a ideia de desenvolvimento venha a ser repensada.

O trabalho será dividido em quatro partes. Na primeira, serão analisados alguns fundamentos da colonialidade do poder, entendida como um padrão eurocêntrico de conhecimento que se espalhou pelo mundo a partir da colonização da América Latina. Na segunda, será apontado como a América Latina construiu-se, mesmo após as independências, como uma imagem distorcida da Europa e dos Estados Unidos, na qual a busca pelo desenvolvimento exerceu papel central após 1945. Na terceira, será estudado como esse mesmo padrão reproduziu-se nos paradigmas, projetos e pensamentos que envolvem a integração regional. Na quarta e última, será dado lugar para um olhar sob a ótica da decolonialidade, ou seja, dos movimentos sociais que abrem passagem para o surgimento de novos paradigmas do saber.

## 1. A COLONIALIDADE DO PODER E A MODERNIDADE EUROCÊNTRICA

Dizer que a colonização europeia marcou profundamente a história da América Latina, além de óbvio, não representa grande novidade. Tampouco relacionar o período colonial com as questões atuais do desenvolvimento do continente. No entanto, o fato de um caminho ter sido percorrido muitas vezes não significa que ele não possa conduzir a novas descobertas. Por isso, quando se observa que América Latina e Europa não se vinculam somente através da *colonização*, mas também da *colonialidade do poder*, se percebe que há muito o que descobrir sobre a maneira com que a construção das nossas sociedades continua sendo feita.

O conceito de colonialidade do poder foi desenvolvido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano. Trata-se de um sistema de controle social que serve para criar hierarquias entre populações, atribuindo papéis aos seus membros na sociedade, e entre regiões, criando uma divisão do trabalho (QUIJANO, 2005). A prática europeia de hierarquizar populações de forma institucionalizada tem origem nos critérios de “pureza de sangue”, que se espalharam pela Península Ibérica no século XVI. Segundos essas leis e decretos reais, de forte conteúdo cristão, os judeus sofriam limitações ao exercício do direito de propriedade e eram obrigados a converter-se ao cristianismo, enquanto os muçulmanos eram simplesmente expulsos da região. (MIGNOLO, 2003)

Quando a colonização das Américas teve início, em 1492, com a chegada de Colombo ao às ilhas caribenhas, um novo critério começou a ser utilizado: a cor da pele dos indivíduos. O racismo passou a pautar a ideia de inferioridade das populações indígenas, na qual seus membros foram considerados seres portadores de “almas ingênuas”, que precisavam ser salvas pelos catequizadores. Pelo mesmo critério, os negros africanos foram reduzidos a simples objetos de troca. Essa categorização servia para definir os lugares e os papéis sociais correspondentes a cada um desses grupos. “Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005, p. 228).

A grande diferença relativa aos períodos anteriores foi que, a partir de 1492, a utilização de critérios de classificação das populações passou a responder a uma

articulação mundial da produção capitalista. Ou seja, o que antes era restrito às relações entre Europa e Oriente Próximo, tornou-se constituinte de uma divisão do trabalho de escopo mundial. Foi a partir da colonização das Américas que surgiu o que MIGNOLO (2003) chama de “circuito comercial atlântico”, e deu-se o início, segundo WALLERSTEIN (2005), da economia-mundo capitalista. Em qualquer uma das definições, a América Latina foi incorporada, desde o começo, como periferia, ou como “extremo-Occidente” (MIGNOLO, 2003), se a Europa for tomada como referência.

A ideia de que o branco europeu era superior exigia, logicamente, a sua contraparte negativa, que era a destruição cultural dos outros povos. E aqui não se trata somente da dizimação física, em larga medida promovida pelo colonizador: trata-se do “desaparecimento de todo padrão livre e autônomo de objetivação de ideias, de imagens, de símbolos” (QUIJANO, 2005a, p. 16), padrão esse que seria continuamente substituído por uma matriz europeia de conhecimento. Ou seja: a Europa considerou seu pensamento *local* como portador de uma verdade superior e *universal*, o que dava direito ao colonizador de não somente se apropriar das riquezas materiais e do trabalho das civilizações encontradas, mas também de impor-lhes sua forma de ver o mundo. Era o início do período histórico da modernidade europeia, que continua em vigor até dos dias de hoje, embora sofrendo os primeiros abalos significativos.

Na fase ibérica de dominação das Américas, ocorrida após a Renascença europeia, a colonização ainda estava erigida sobre o papel salvador do homem branco cristão, tendo Roma como epicentro intelectual. No entanto, a decadência do Império Espanhol, que mantinha uma estrutura social de características feudais, na qual a exploração das colônias sustentava uma nobreza improdutiva, foi dando lugar à ascensão do Norte da Europa, principalmente de Holanda e Inglaterra, os novos centros dinâmicos dos circuitos capitalistas. Esses países, que já haviam rompido com Roma nas Reformas do século XVI, passaram a construir seus próprios critérios de superioridade civilizacional, com base no racionalismo e na crença nas ciências ocidentais. No século XIX, quando o imperialismo inglês atingiu seu ápice, o papel justificador, que um dia coube ao “salvacionismo cristão”, era então exercido pelo “papel civilizatório” das sociedades de razão mais evoluída. Nessa fase, surgiram teses como “darwinismo social”, que percebe algumas sociedades como mais

evoluídas que outras. A ideia de progresso contínuo, ligado ao alvorecer da ciência moderna, se tornou uma crença fundamental desse período histórico. (MIGNOLO, 2003)

Tem-se, portanto, que a modernidade europeia, iniciada com a colonização ibérica das Américas, foi continuada com a expansão do norte da Europa e do imperialismo Britânico<sup>2</sup>. Nessa trajetória, foi sendo imposto um modo de pensar europeu (local) a outros lugares do mundo (universal), ao mesmo tempo em que outras formas de conhecimento eram destruídas. A ideia de desenvolvimento, que passou a ser o grande paradigma do século XX e teve forte influência na América Latina, foi uma continuação dos ideais de progresso e civilização do século XIX. Isso significa que ela representou uma nova roupagem da modernidade eurocêntrica, inserida na colonialidade do poder.

## 2. A AMÉRICA LATINA E O DESENVOLVIMENTO

O fim da colonização da América Latina, nas primeiras décadas do século XIX, não foi acompanhado do fim da colonialidade. Isso significa que, em um momento histórico no qual a Revolução Francesa dava forma à ideia de *cidadania* nas discussões políticas, as elites políticas latino-americanas consideravam cidadãos apenas *homens brancos*, de origem europeia e portadores de determinada quantidade de dinheiro. Não havia espaço, nas novas nações, para que o índio, o negro ou o mestiço fossem considerados cidadãos. Isso fez com que a emergente identidade latino-americana tivesse uma dupla-face: no aspecto político, servindo para a defesa das independências de qualquer contramovimento das potências europeias; no aspecto social, para construir sociedades refletidas na imagem da civilização europeia, ou seja, caricaturas da Europa do outro lado do Atlântico. (LISBOA, 2014)

---

<sup>2</sup> Quando o norte da Europa passou a exercer o papel hegemônico, Espanha e Portugal foram jogados para a periferia europeia. Na sua narrativa, o norte da Europa colocou-se na vanguarda da modernidade, exaltando sua racionalidade e seu papel civilizacional. Isso faz WALLERSTEIN (2005) localizar na Revolução Francesa o início da geocultura moderna, a qual forneceu as bases políticas para a supremacia Ocidental. No entanto, os autores que tratam da colonialidade do poder, como Quijano, Mignolo, Dussel, Grosfoguel e Lisboa, discordam dessa afirmação, deslocando o início da modernidade para 1492, a partir da colonização ibérica. Isso faz com as civilizações ameríndias, como Incas, Maias e Astecas, sejam a contraparte fundamental do início desse período.

É nesse período que os Estados Unidos se alavancaram, pouco a pouco, à condição de potência. A crescente força do país norte-americano, ao longo do século XIX e início do XX, coincide com uma divisão que vai ocorrendo na Europa: o Norte, anglo-saxão e protestante, considera-se mais evoluído que o Sul, católico e latino. Essa cisão é transportada para as Américas e reproduzida pelos Estados Unidos, cada vez mais identificados com a Inglaterra. A periferização da América Latina independente, portanto, vai ganhando novas justificativas, o que ajuda a mantê-la, por forças internas e externas, em um lugar subalterno, no qual seu papel é o de exportar matéria-prima e importar conhecimento e “civilização” dos países do norte.

Quando terminou a Segunda Guerra Mundial, um novo condomínio de poder mundial é liderado pelos Estados Unidos, com acomodação das potências decadentes (Inglaterra, França e Alemanha) na sua esfera de poder. A partir de então, começou a consolidar-se a ideia de “civilização ocidental”, que mais tarde ganharia forma da tese do “choque de civilizações”, de Samuel Huntington<sup>3</sup>. Os poderes hegemônicos do pós-guerra, ao inaugurar essa nova fase da modernidade eurocêntrica, agora entendida como ocidental, também necessitavam da renovação de seus paradigmas de superioridade civilizacional.

Foi então que a ideia de *desenvolvimento* passou a ser o critério primordial de classificação dos povos e dos países. Em um contexto de Revolução Chinesa e ascensão do bloco comunista, afirma Lisboa:

O conceito de desenvolvimento, como um cavalo de Tróia, nasce com a marca civilizatória do ocidente capitalista industrial para enfrentar a novidade da emergência política do terceiro mundo (LISBOA, 1996, p. 14).

Fundado na ideia de progresso, o termo foi usado pela primeira vez, com essa conotação, em discurso do Presidente Truman, em 1949, onde prometia ajuda para diversos países recém-independentes, categorizados como *subdesenvolvidos*. Foi também nessa fase que se criaram os conceitos dos “três mundos”, reproduzindo a ideia de que alguns povos são mais “evoluídos” do que outros: o “primeiro mundo” era o industrializado e de livre produção do conhecimento. O segundo era o comunista, o qual, embora capaz de avanços industriais, mantinha-se

---

<sup>3</sup> Para mais informações, ver HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações*. São Paulo: Ed. Objetiva, 1997.

em um “atraso” político. O terceiro era o subdesenvolvido, tecnológica e socialmente atrasado. Entretanto, junto com essa divisão, era fornecida a receita para que aqueles que estavam pior colocados na corrida para o desenvolvimento pudessem alcançar os países da dianteira: bastava que fosse promovida a industrialização e a urbanização aos moldes dos países ricos. Não se estabeleciam, inicialmente, explicações que vinculassem desenvolvimento a subdesenvolvimento, como parte da engrenagem de um mesmo sistema. O desenvolvimento era uma estrada única, em linha reta, a ser percorrida por cada país, visando atingir o paradigma de desenvolvimento que partia da Euro-América para o mundo. (LANDER, 2005)

O primeiro problema decorrente dessa corrida para desenvolvimento é exatamente a ausência de uma visão global, capaz de perceber a situação de cada país dentro do mesmo sistema e de vincular o processo histórico de formação do centro e da periferia. Essa tarefa seria satisfatoriamente realizada pelos teóricos latino-americanos a partir da década de 1940, como será visto adiante.

A segunda questão é mais profunda, pois passa pela própria crise da ciência moderna. O desenvolvimento do pós-guerra seguia a mesma lógica da modernidade eurocêntrica. Segundo T. SANTOS (2009), essa ciência edificou-se a partir da radical separação entre sujeito e objeto, na qual o sujeito racional é capaz de isolar-se do objeto de estudo e sobre ele desenvolver um conhecimento exaustivo. Essa crença dá origem ao dogma de que o homem é capaz de controlar a natureza e dela dispor a seu favor, o que o leva a crer em um “automatismo tecnológico”, ou seja, que toda inovação é necessariamente boa. Dentro da lógica do desenvolvimento baseado na industrialização, a natureza e os povos que nela habitam se tornaram meras fontes de recursos ou, caso não sirvam para a produção, como obstáculos que devem ser removidos. Essa visão articula-se, de acordo com LANDER (2005), com a fase atual da modernidade, que é o neoliberalismo. Para o autor, ela é marcada por um discurso hegemônico de um modelo civilizatório, que carrega consigo um conjunto de valores, caracterizados pela crescente mercantilização de todos os aspectos da vida social. Nas suas palavras:

Ao fazer-se a abstração da natureza, dos recursos, do espaço e dos territórios, o desenvolvimento histórico da sociedade moderna e do capitalismo aparece como um processo interno e autogerado da sociedade moderna, que posteriormente se expande às regiões “atrasadas”. (LANDER, 2005, p. 48)



Percebe-se, então, que a colonialidade do poder, desde a independência dos países da América Latina, foi sendo renovada com diferentes roupagens. Externamente, desde que a região foi empurrada para a periferia do sistema pela Europa do Norte e pelos Estados Unidos, de modo similar ao que acontecia com Portugal e Espanha. Esse padrão se reproduziu no pós-guerra, com a classificação da região como subdesenvolvida. Internamente, pelas elites que conduziram a libertação dos países, por negarem a cidadania à maioria dos habitantes. Padrão semelhante teve continuidade a partir de 1945, quando as classes dirigentes pautaram a construção das sociedades com base no conceito de desenvolvimento da modernidade eurocêntrica, primando pelas demandas do mercado. Em ambos os períodos, foram continuamente deixadas de fora as visões de mundo e as necessidades das populações subordinadas e caladas desde a época da colonização. Ainda segundo Lander:

Nesta construção eurocêntrica, desaparece do campo de visão o colonialismo como dimensão constitutiva destas experiências históricas. Estão ausentes as relações de subordinação de territórios, recursos e populações do espaço não-europeu. Desaparece assim do campo de visão a presença do mundo periférico e de seus recursos na constituição do capitalismo, com o qual se reafirma a ideia da Europa como único sujeito histórico. (LANDER, 2005, p. 48)

É nesse contexto que surgiu um pensamento autenticamente latino-americano, iniciado pelos teóricos da Comissão Econômica para a América-Latina e o Caribe (CEPAL), que tem grandes reflexos nos modelos e paradigmas de integração regional. No entanto, GROSFOGUEL (2013) faz uma crítica a esse pensamento: por mais autônomo que tenha sido, sequer a sua versão mais radical, a teoria marxista da dependência, conseguiu livrar-se da colonialidade do poder e realmente pensar a América Latina a partir das suas próprias necessidades. Um dos motivos, como será tratado a seguir, é a manutenção da centralidade de um conceito eurocêntrico de desenvolvimento, o que fez com que os povos do dito “Terceiro Mundo” continuassem vivendo um desencontro com sua própria realidade, no qual “nunca chegamos a ser nós mesmos, mas sim caricatura de outros” (LISBOA, 1996, p. 18).

### 3. A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O DESENVOLVIMENTO

O paradigma do desenvolvimento criado pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial passou a exercer grande influência na América Latina e no mundo. Os governos latino-americanos se empenharam em promover o desenvolvimento nacional, assim como a região ensaiou as primeiras tentativas de desenvolver-se pela via da integração regional. Tanto dentro dos países, quanto regionalmente, passou a existir uma tensão entre grupos políticos sobre o caminho ideal para alcançar o desenvolvimento. De um lado, os defensores de uma postura mais protecionista, adeptos de políticas de teor nacionalista ou autonomista; de outro, os que apoiavam posturas de livre comércio, adeptos de políticas de abertura comercial e financeira.

Essa divisão entre um caminho mais protecionista e outro mais liberal criou dois paradigmas de integração regional, apontados por DESIDERÁ NETO e TEIXEIRA (2013). Eles representam modelos ideias, jamais completamente aplicados, que vêm servindo de parâmetro para os projetos regionalistas latino-americanos: um *desenvolvimentista* e outro *liberal*.

O pensamento desenvolvimentista teve a CEPAL como precursora, dando início à trajetória do pensamento genuinamente latino-americano voltado para o desenvolvimento. O grande mérito de Raúl Prebisch, economista argentino que liderou as primeiras pesquisas, foi o de apontar que os destinos de Europa e América Latina estavam conectados um ao outro, através de uma relação de padrão centro-periferia, ideia que é fundamental para a construção do pensar da região (GROSFOGUEL, 2013). Prebisch entendia que, para que a América Latina conseguisse se desenvolver pela via da industrialização, era preciso criar uma especialização produtiva entre os países, gerando cadeias regionais de produção. Ou seja, significaria o surgimento de um mercado ampliado, pois a maioria dos países, especialmente os menores, não possui um mercado interno que viabilize um processo estritamente nacional de industrialização (DESIDERÁ NETO e TEIXEIRA, 2013). No campo prático, essas ideias chegaram a ser tentadas através da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), de 1960, e da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), de 1980. Ambas, contudo,

pouco evoluíram na construção de um regionalismo pela via da integração produtiva, devido às dificuldades políticas enfrentadas nas respectivas épocas<sup>4</sup>.

Já a abordagem liberal da integração regional fundamenta-se nas teorias clássicas sobre o comércio internacional, principalmente de Adam Smith e David Ricardo. Os defensores dessa visão focam na obtenção de vantagens comparativas, preferindo a formação de áreas de livre-comércio e a associação com os países centrais, ao invés de buscar políticas autonomistas. Nesse sentido, o objetivo do regionalismo está na colaboração com a liberalização em escopo mundial (DESIDERÁ NETO E TEIXEIRA, 2013). Olhando para a prática, nos anos 1990, em um contexto de crise do modelo desenvolvimentista, foram lançadas organizações com tais características, como o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações. Ambas representavam um primeiro passo na liberalização comercial dos países-membros, buscando harmonizar-se com os foros multilaterais, principalmente a Organização Mundial de Comércio (OMC). A própria CEPAL atualizou seu pensamento, em conformidade com os novos ventos do pós-Guerra Fria, passando a defender um “regionalismo aberto”.<sup>5</sup>

A política latino-americana passou por uma reviravolta no início do século XXI, quando uma leva de governos de esquerda chegou ao poder. Embalados pela precarização da situação social no continente, que foi agravada por diversas crises, como a brasileira de 1999 e a argentina de 2001/2002, esses governos representaram a retomada de uma agenda desenvolvimentista, com reflexos nas organizações de integração regional. A nova agenda regionalista valorizou a questão social, a diminuição das assimetrias regionais, a retomada do papel do Estado, a integração da infraestrutura e o reforço político da América do Sul. Alguns exemplos de ações que vão nesse sentido estão na criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), que visa combater as assimetrias dentro do bloco; o reforço do papel das agências regionais de financiamento, como Cooperação

---

<sup>4</sup> Na ALAC, o principal motivo do escasso avanço no regionalismo foi a ênfase nas políticas nacionalistas, principalmente nos anos 1960 e 1970, quando a América Latina foi tomada por ditaduras militares; no caso da ALADI, nos anos 1980, o regionalismo desenvolvimentista não avançou devido ao contexto de crise e à virada neoliberal que viria logo depois (ALMEIDA, 2008).

<sup>5</sup> “A CEPAL atualizou seu pensamento para adequá-lo à nova realidade de abertura comercial, movimentação internacional de capitais, privatização e desregulamentação. [...] nessa revisão se preservou o instrumental analítico acumulado, colocando-o a serviço de uma “agenda positiva” para o desenvolvimento econômico e social da região, alternativa oposta às concepções do pensamento ortodoxo em matéria macroeconômica e neoliberal relativo à alocação de recursos” (BIELSCHOWSKY, 2009, p. 174/175).

Andina de Fomento (CAF), e de bancos estatais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no financiamento de obras na região; e no lançamento da União Sul-americana de Nações, a UNASUL, reunindo os doze países da América do Sul. Dentre os diversos temas nos quais a UNASUL se propõe a avançar, está o da defesa, com a criação do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), e a infraestrutura, com a incorporação da Iniciativa para a Integração Regional da Infraestrutura Sul-americana (IIRSA).

A retomada dessa agenda desenvolvimentista, ou “neodesenvolvimentista”, não representou uma libertação das condicionantes da colonialidade do poder. Os paradigmas que guiam a esquerda, sob essa ótica, pouco se diferenciam daqueles dos governos dos anos noventa e dos estruturalistas cepalinos. Em todos esses os casos, o conceito de desenvolvimento eurocêntrico, crente na linearidade do progresso e na instrumentalização da natureza, continua sendo o paradigma vigente. Embora a esquerda seja mais refratária ao livre-mercado e avance em políticas sociais, seu projeto de integração continua enfatizando a criação de corredores de exportação de produtos primários para atender às demandas do mercado internacional, fato que se observa, principalmente, nos seus projetos de integração de infraestrutura. Nessa lógica, os povos periféricos (indígenas, fronteiriços, favelados, etc.) permanecem não apenas em segundo plano no planejamento territorial, como ignorados no tocante à manifestação de saberes que proponham formas alternativas de integração. Ou seja, a matriz da colonialidade do poder permanece, marcada pela dupla exclusão geográfica/racial, quando a América do Sul insiste em perseguir modelos eurocêntricos de construção social.

Há, porém, indícios de novas forças que questionam a longa trajetória de 500 anos de geocultura da modernidade, propondo formas alternativas de pensar a América Latina.

#### **4. AS FORÇAS DECOLONIZADORAS**

É inegável que o pensamento latino-americano surgido após a Segunda Guerra Mundial, com início na CEPAL, representou um grande salto na autonomia

da América Latina frente às raízes eurocêntricas de sua formação. No entanto, no que se refere ao debate sobre o desenvolvimento, GROSGUÉL (2013) é taxativo:

Os debates sobre desenvolvimento nos anos 1945-1990 na América Latina, embora aparentemente radicais, na verdade fazem parte da *longue durée* da geocultura da modernidade que tem dominado o sistema-mundo moderno desde a Revolução Francesa no final do século XVIII. (GROSGUÉL, 2013, p. 27)

A crítica de Grosfoguel não se resume aos autores cepalinos, mas estende-se às teorias da dependência, tanto na sua linha weberiana quanto na marxista<sup>6</sup>. Essas teorias aprofundaram o estudo dos vínculos entre centro e periferia e desenvolvimento e subdesenvolvimento, ambos vistos de modo relacional, compondo engrenagens do mesmo sistema capitalista (SANTOS, T., 1998). Elas nasceram em um contexto de dificuldades das políticas desenvolvimentistas, pois a industrialização latino-americana, principalmente por substituição de importações, dependia cada vez mais de capital e tecnologias externas, o que fazia com que ela não contrariasse os interesses dos países centrais. O resultado se refletia em balanço de pagamentos cada vez piores e ausência de melhoras na condição social.

GROSGUÉL (2013) entende que a visão weberiana coloca a “modernização produtiva” como novo paradigma da modernidade, no qual a América Latina, outra vez, espelha-se em padrões tecnológicos externos para desenvolver-se. Ou seja, reforça a ideia dicotômica existente entre países “avançados” e “atrasados”, colocando-se nesta situação e buscando desenvolver-se a reboque do “primeiro mundo”. Já os teóricos marxistas, apesar de proporem a saída do sistema (ou seja, a revolução), acabam, de certa maneira, mantendo alguns preceitos típicos da modernidade eurocêntrica. Um dos motivos é porque propõem a luta no âmbito do Estado-nacional, construção derivada na Europa westfaliana, ignorando assim movimentos que ocorrem *abaixo* (sociais, indígenas, etc.) do nível do Estado, bem como *acima* dele (articulações internacionais para além do Estado). Outro motivo ocorre porque, apesar da mudança da via (do capitalismo para o socialismo), o fim

---

<sup>6</sup> A linha *marxista* (Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra, Adré Gunder Frank, etc.) analisa a situação da dependência a partir da luta de classes, propondo a revolução socialista, em cada país, como padrão alternativo de desenvolvimento; a outra, *weberiana* (Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto) analisa a dependência a partir das estruturas de dominação, propondo que a América Latina aceite os padrões de desenvolvimento com os países centrais e com eles se articule, cabendo aos países promover essa articulação. (MARINS & VALENCIA, 2001)

mantém-se intacto: o desenvolvimento, nos mesmos moldes propostos no pós-guerra<sup>7</sup>. Finalmente, a questão da geocultura (ou da colonialidade do poder) está ausente das suas análises, o que faz com que não se dê a devida importância ao arcabouço cultural totalitarista da modernidade eurocêntrica. Nas palavras de Grosfoguel:

A revolução foi um meio radical para alcançar o projeto da modernidade: o desenvolvimento nacional, um controle racional da sociedade através de uma teoria científica (marxismo), a erradicação da ignorância e do atraso "feudal". (GROSFOGUEL, 2013, p. 34)

Apesar das limitações das teorias cepalinas e da dependência, é a partir delas que a América Latina começa a pensar a si mesma, ainda que parcialmente, fora da dogmática europeia. T. SANTOS (2009) afirma que, mesmo que esteja ocorrendo a crise epistemológica do paradigma dominante (a modernidade europeia e seu racionalismo científico), é de dentro das suas próprias formulações, em confronto com suas limitações, que surgirá (ou está surgindo), o paradigma emergente.

No caso da ideia de desenvolvimento da América do Sul, há dois pontos de fissura que precisam ser destacados. O primeiro relaciona-se às próprias mudanças promovidas pelos governos de esquerda. Apesar de a integração regional ter sido pautada pela retomada da ideia de um *neodesenvolvimentismo regional*, os tratados de fundação das novas organizações de integração regional, de âmbito sul-americano<sup>8</sup>, consideradas por alguns como “pós-liberais” (SANAHUJA, 2012), expressam algumas ideias que fogem da lógica da colonialidade. Por exemplo, no Tratado Constitutivo da UNASUL, instituição em pleno funcionamento na América do Sul, constam trechos que trazem propostas como “a integração industrial e produtiva, *com especial atenção às pequenas e medianas empresas, às cooperativas, às redes e outras formas de organização produtiva*”; e “a promoção da diversidade cultural e das expressões da memória e dos conhecimentos e saberes dos povos da região, para o fortalecimento de suas identidades” [grifo nosso]

<sup>7</sup> Ilustra essa visão o seguinte trecho da dependentista brasileira Vânia Bambirra: “A luta pelo socialismo em países como os da América Latina encontra-se no panorama da luta pelo desenvolvimento nacional autônomo que o capitalismo não pode alcançar” (BAMBIRRA, 1978, p. 99).

<sup>8</sup> Especialmente as declarações de Cusco (2004), Brasília (2005), Cochabamba (2006) e o Tratado Constitutivo da UNASUL (2008), que pavimentam o caminho de formação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e da UNASUL.

(TRATADO CONSTITUTIVO DA UNASUL, 2008). Ou seja, a UNASUL passou a reconhecer objetivos que vão além do desenvolvimento capitalista e da priorização das demandas do mercado internacional. Mas, importante que se diga, expressando o reconhecimento de forças que surgem *de baixo para cima*, ou seja, que não representam a imposição de um modelo totalitário de Estado, *de cima para baixo*, seja ele liberal ou socialista.

Essa mudança insere-se em uma transformação contra-hegemônica sistêmica, identificada há tempos por teóricos como WALLERSTEIN (2005). Para ele, desde os movimentos de 1968, surgem agitações contra-hegemônicas que, pouco a pouco, colocarão abaixo toda a estrutura da geocultura moderna, surgida no iluminismo, que serve de sustentáculo intelectual do sistema-mundo capitalista. O Fórum Social Mundial, os protestos de Seattle e diversas jornadas contestatórias surgidas pelo mundo afora, mesmo que desprovidas de propósitos claros, representam essas manifestações.

O que os autores decoloniais fazem, como Quijano, Mignolo, Grosfoguel e outros, é ir um pouco além. Primeiro, por entender que a modernidade eurocêntrica, como visto, não começa na Revolução Francesa, mas sim na colonização das Américas. Segundo, que para impor-se como projeto totalitário ela necessitou negar os saberes de outros povos, nos quais se incluem o negro africano, o ameríndio e outras populações. Para superá-la é preciso, portanto, fazer com que esses saberes reemergam, dando voz a quem foi calado há 500 anos. A modernidade europeia, concomitantemente, deve fazer sua *volta para casa*: voltar a ser uma manifestação *local*, fruto do seu próprio espaço, que deve dialogar com as demais de igual para igual, sem arrogância ou hierarquia. Nesse movimento, defende-se a negação de qualquer hierarquização de povos, seja por critérios racistas, geográficos, de desenvolvimento ou adequação ao livre-mercado. Nega-se também qualquer projeto totalitário, inclusive a alternativa estatal-socialista, por ser esta tão eurocêntrica e totalitária quanto a liberal-capitalista. É desse *diálogo radical*, que emerge nas fronteiras de pensamento, que deverá forjar-se o novo, ou os novos, paradigmas do está por vir. Para GROSFOGUEL (2012), trata-se de um “pensamento subalterno de fronteira”, que busca emancipar quem foi subordinado, pela via da superação do projeto de modernidade eurocentrado, que se dá através do confronto deste com cosmovisões alternativas.

Na América Latina, esses movimentos de baixo para cima, no contexto contra-hegemônico surgido a partir dos anos setenta, ganharam força nos anos noventa, exatamente a década da euforia neoliberal. Alguns exemplos estão em Chiapas, no México, onde os zapatistas se rebelaram contra o bloqueio da reforma agrária, a assinatura de um tratado de livre-comércio com os Estados Unidos e, acima de tudo, em prol da inclusão das *nações* indígenas na constituição do Estado mexicano<sup>9</sup>. No Sul, os movimentos sociais das etnias indígenas, principalmente no Equador e na Bolívia, foram ainda mais longe: conseguiram mudar a estrutura westfaliana do Estado-nação unitário, no qual uma nação vencedora subordina as demais (como acontece no Reino Espanhol, que subordinou catalães, andaluzes, bascos e galegos (DUSSEL, 1995)), para um vanguardista *Estado Plurinacional*, que reconhece as dezenas de etnias que o compõe, resguardando-lhes certa autonomia e propondo o diálogo (não sem conflitos) entre governo central e populações indígenas. Conforme Afonso e Magalhães:

Da uniformização e unificação – para não falar na intolerância religiosa e cultural –, elementos estes que forjam a base valorativa do Estado-nação advindo da tradição europeia, o Estado Plurinacional pretende fornecer novos paradigmas não somente em termos de organização social, mas também atender às demandas dos povos e nações historicamente marginalizados no processo “civilizatório” americano, africano e asiático (AFONSO & MAGALHÃES, 2011, p. 263).

Nessas novas configurações institucionais, advindas de práticas decoloniais inseridas em mudanças sistêmicas, o conceito de desenvolvimento não permanece imune. Sua raiz racionalista, de crença automática nos benefícios da tecnologia, de subordinação da natureza ao homem, de tratamento hierárquico das populações “locais”, de mercantilização de todos os recursos naturais e humanos possíveis, e da imposição de cima para baixo de uma visão ocidental do significado de se desenvolver, deverá dar lugar a formas que dialoguem com outros saberes, resultando em uma nova ideia de desenvolvimento ou, até, no seu desaparecimento. Ou seja: a maneira de compreender o desenvolvimento que se tem hoje, a partir da ascensão de práticas decoloniais, poderá dar lugar a algo radicalmente novo.

---

<sup>9</sup> Para mais informações, consultar: CHOMSKY, Noam; TIGÜERA, Sebastião; DÍAZ, Roberto; POLANCO, Hector Díaz; DUSSEL, Enrique. **Chiapas Insurgente**: cinco ensayos sobre la realidad mexicana. Tafalla: TXALAPARTA, 1995.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de desenvolvimento surgido no pós-guerra é apenas mais um critério dentro da história de hierarquização de povos ao redor do mundo, a qual se iniciou na colonização ibérica, com o critério racial, mas que foi se sofisticando ao longo do tempo e ganhando novos matizes. O que não se modificou foi a periferização da América Latina e sua construção baseada, continuamente, na cópia de modelos e receitas criados externamente.

No entanto, em um contexto de aparecimento de movimentos sistêmicos de contestação contra-hegemônica, as vozes caladas pela sequência da colonização/colonialidade começam a aparecer, com mais força no México, Equador e Bolívia, mas ecoando por todo o continente. É difícil prever o que virá, mas é possível afirmar que, em um futuro não tão distante, a discussão sobre desenvolvimento poderá abrigar ideias radicalmente distintas das que se tem hoje, pois deverá contar com a riqueza de um diálogo decolonializado. Essa possibilidade será duplamente alcançada pela confiança dada aos saberes outrora subordinados, e pelo questionamento feito ao saber ainda dominante.

A decolonialidade não propõe a *negação dos inegáveis* avanços da modernidade europeia, inclusive em termos científicos e tecnológicos, bem como das vantagens trazidas pelos projetos de infraestrutura e pela tecnologia da informação. Afinal, “a integração democrática do mundo é, pelo contrário, um dos mais ilustres sonhos da espécie” (QUIJANO, 2002, p. 21). O que se propõe é o fim da linha para toda forma de totalitarismo eurocêntrico ou ocidental, ou de qualquer outro que queira surgir, seja para definir o que é desenvolvimento e progresso, ou até o próprio conhecimento. Faz-se isso mesmo admitindo-se, como faz Boaventura de Souza Santos, que o paradigma que se anuncia no horizonte ainda não está claro, podendo ser acessado somente pela via especulativa. Mas o certo é que ele virá.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. Evolução histórica do regionalismo econômico e político na América do Sul: um balanço das experiências realizadas. **Cena internacional**, v. 10, n. 2, 2008, p. 72-97.

BAMBIRRA, Vania. **Teoría de la dependencia**: Una anticrítica. Mexico City: Serie Popular Era. 1978.

BIELSCHOWSKY, R. **Sesenta años de la CEPAL**: estructuralismo y neoestructuralismo. In: Revista CEPAL Nº 97, abr. 2009, p. 173-194.

DESIDERÁ NETO, Walter Antônio; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **A recuperação do desenvolvimentismo no regionalismo latino-americano**. Brasília: IPEA, 2012.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

GROSGOUEL, Ramón. **Desenvolvimentismo, Modernidade e Teoria da Dependência na América Latina**. REALIS – Revista de Estudos Antiutilitaristas e Póscoloniais, v. 3, n. 2, 2013.

GROSGOUEL, Ramón. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.), **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LISBOA, Armando de Melo. **De América a Aby Yala: Semiótica da descolonização**. *R. Educ. Públ.* [online]. 2014, vol.23, n.53, supl.02, p. 501-531.

LISBOA, Armando de Melo. Desenvolvimento: uma ideia subdesenvolvimento. **Revista Plural**, n. 7, v. 5, p. 71-78, jan./jun. 1996.

MARINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo. **Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento**: reflexões para os 30 anos da teoria. *Lutas Sociais*, São Paulo, v.7, p.115-129, mar. 2001.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento laminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. In: NOVOS RUMOS, ano 17, nº 37. São Paulo, 2002.

QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. *Estud. av.*, Dez 2005, vol.19, no.55, p.9-31. 2005a.

SANAHUJA, José Antonio. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR. In: SERBIN, Andrés et al. **El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe**: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe. Buenos Aires: CRIES, 2012. p. 19-72.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência**: um balanço histórico e teórico. 2008. Disponível em:  
<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistemas-mundo**. Una introducción. Siglo XXI, Madrid, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a Ciência Social**: Os limites dos paradigmas do século XIX. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

TRATADO CONSTITUTIVO DE LA UNIÓN DE NACIONES SUDAMERICANAS. Disponível em: [http://www.comunidadandina.org/unasur/tratado\\_constitutivo.htm](http://www.comunidadandina.org/unasur/tratado_constitutivo.htm).